



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681223 - SP (2021/0225382-7)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
EDUARDO QUEIROZ CARBONI NOGUEIRA - SP302992  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JAQUELINE RAQUEL DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAQUELINE RAQUEL DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2141296-44.2021.8.26.0000).

A paciente cumpre pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado pelo cometimento do crime tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que (fl. 5):

A alegação de que era necessária a permanência da paciente por mais tempo no regime intermediário não merece prosperar. Isso porque o prazo de permanência em cada espécie de regime é determinado por lei e não por entendimento íntimo do julgador. Ora, se no presente caso a paciente permaneceu menos tempo no regime intermediário é porque permaneceu mais tempo no regime fechado em evidente excesso de execução.

Requer, "em caráter liminar e definitivo, seja concedida a ordem para determinar a progressão da paciente ao regime aberto. Subsidiariamente, pugna-se pela concessão da ordem em menor extensão, tão somente para determinar ao juízo de piso que reanalise o pleito progressional desconsiderando o argumento inidôneo utilizado" (fl. 6).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente